

AS FESTAS ESCOLARES NO BRASIL DE 1890 ATÉ A CONTEMPORANEIDADE: SENTIDOS E PERSPECTIVAS

Marina Coimbra Casadei Barbosa da Silva. Unesp-Marília. graunasilva@gmail.com
Antonio Carlos Barbosa da Silva. Unesp-Assis. tom@assis.unesp.br

RESUMO

A pesquisa da qual resultou este texto, se trata de uma dissertação de mestrado que objetivou desenvolver uma análise sobre festas escolares no Brasil, em diversas circunstâncias históricas, em busca de identificar seus vários objetivos, bem como compreender sua importância para a educação brasileira nesses vários momentos, mediante literatura especializada e à luz das formulações da Teoria Crítica. Tratou-se de uma pesquisa bibliográfica, trabalhos acadêmicos que abordam a temática em foco no período de 1890 até o ano de 2009. Utilizamos a Teoria Crítica como referencial teórico para pautar nossas análises. Os resultados apontam que as festas escolares no Brasil foram, no início da escolarização de massa, utilizadas como um instrumento político e ideológico que procurou reforçar e desenvolver alguns aspectos de ordem, progresso e trabalho, com a finalidade de propagar os ideais republicanos. Depois, as festas escolares serviram para mostrar o poder do Estado e assegurar a estabilidade do poder vigente, e ao longo dos anos as festas foram se descaracterizando, e assumindo novas formatações. Na contemporaneidade as festas escolares são transformadas e moldadas pelos princípios da indústria cultural, como um produto de consumo, ainda que de baixo custo, só podendo ter algum espaço em um não-lugar. Para nós, as festas escolares são reveladoras e nos leva a pensar a escola atual como um não-lugar.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo foi desenvolver uma análise sobre as festas escolares no Brasil, em diversas circunstâncias históricas, em busca de identificar seus vários objetivos, bem como compreender sua importância para a educação pública brasileira nesses vários momentos, mediante literatura especializada e à luz das formulações da Teoria Crítica.

A problemática que norteou nosso trabalho foi: qual a função social, cultural, política e pedagógica atribuídas às festas escolares públicas brasileiras nos vários momentos da história política do Brasil, desde finais do século XIX até a contemporaneidade?

As festas escolares, enquanto nosso objeto de estudo, é um dos aspectos que compõe a cultura escolar, sendo esse um conceito amplamente discutido no campo da educação. O termo cultura escolar nas pesquisas educacionais pode ser considerada recente, pois foi apenas em 1970, quando se acentuaram os debates sobre a crise educacional brasileira, que a cultura escolar foi realmente considerada objeto de investigação. Desde então a categoria cultura escolar tem assumido visibilidade na estruturação de eventos no campo educacional e tem subsidiado estudos historiográficos educacionais (FARIA FILHO, 2003).

A concepção de Julia (2001) sobre cultura escolar se define como

[...] um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização). (JULIA, 2001, p. 10-11).

Chervel (1990) abordou a questão sobre as disciplinas escolares como objetos integrantes da cultura escolar. Na concepção deste autor a cultura escolar não forma somente os indivíduos que fazem parte da comunidade escolar. Para o autor, a cultura escolar relaciona-se de forma mais ampla com a cultura da sociedade global, da mesma forma que a disciplina escolar não comporta somente as práticas docentes da aula, mas também as grandes finalidades sociais que presidiram a sua constituição e a da escola. O exemplo do trabalho deste autor nos mostra o caso das disciplinas escolares, cujas funções específicas em determinados momentos históricos, tinham a finalidade de colocar o conteúdo de instrução a serviço de um determinado fim educativo. Chervel (1990) considera que a escola não reproduz somente os conhecimentos considerados de relevância para determinada sociedade, mas ela é criativa e (re)elabora esses conhecimentos, produzindo uma cultura específica, singular e original, cujos efeitos se estendem sobre essa mesma sociedade e cultura.

Portanto, pudemos perceber que o conceito de cultura escolar é amplamente discutido por diversos autores, com amplas definições, mas para nós, aqui neste trabalho compreenderemos que faz parte da cultura escolar os elementos que compõem a rotina escolar, sendo estes elementos burocráticos ou ainda das práticas escolares, que se repetem durante anos na vida dos escolares.

Desse modo, as festas escolares expressam aspectos da cultura escolar, pois ao mesmo tempo em que é regida por normas, pelo ensinamento de condutas e conhecimentos, é também composta de práticas coordenadas com finalidades educativas.

As festas, portanto, como um aspecto da cultura escolar, que se modifica de acordo com as épocas e as finalidades sociais, políticas e religiosas, também se transformaram e foram apropriadas pelos dirigentes de ensino, professores, alunos e sociedade em geral de diferentes formas no decorrer dos anos.

Neste sentido, de acordo com Chartier (1990), nem sempre o significado pretendido pelos idealizadores de algum evento será o mesmo significado apropriado pelos participantes. Para Chartier (1990), as representações concebidas como modos de interpretar e de entender determinada realidade, apesar de aspirarem uma padronização, serão sempre determinadas pela aceitação do grupo que as forjam, assim como num campo de batalhas, uma competição de poder e dominação.

Assim, é evidente que quando transmitimos um arsenal de conhecimentos e práticas, nem sempre o que é apropriado pelos seus espectadores será o intuito inicial da ação. Isso ocorre graças ao poder criativo de todos os sujeitos, que estão embargados pelas suas experiências pessoais, e suas interpretações para os acontecimentos estarão sempre impregnados de subjetividades.

De um modo geral, as festas escolares não podem ser pensadas separadamente das representações da escola, aluno, dirigentes e professores, sociedade, população, cidadãos, etc. Até mesmo a escolha das datas comemorativas pode dizer muito a respeito do projeto social e político vigente em cada período, ou seja, da representação de escola que precisaria ser construída e disseminada em cada contexto histórico.

METODOLOGIA

Quanto à metodologia, optamos por realizar uma pesquisa bibliográfica, quanto às fontes, desenvolvida mediante um *corpus* constituídos por onze trabalhos acadêmico-científicos, os quais abordam a temática em foco, e a partir de uma abordagem exploratória. Realizamos uma busca às coleções da rede *Scielo*, ao banco de dados da Capes, bem como em plataformas de pesquisa e bancos de dados indexados, tais como artigos de revistas

científicas, livros e anais de eventos, a partir das palavras-chave: festas, celebrações, comemorações, e então selecionamos os trabalhos que tratassem apenas sobre festas escolares em diversos tempos históricos com a intenção de analisarmos as características das festas em diversos momentos. Portanto, o período delimitado para a pesquisa é de 1890 até a contemporaneidade.

Na intenção de apurar as festas escolares especificamente, em seus conceitos, significações e funções sociais e escolar, considerando os limites de nossas fontes e suas potencialidades, utilizamos os pressupostos da Teoria Crítica para comporem nosso quadro teórico-metodológico.

Portanto, a partir dos pressupostos da teoria crítica, pudemos olhar para o nosso objeto de estudo dialeticamente, ou seja, foi possível visualizar as festas em suas diversas circunstâncias e seus vários objetivos, bem como compreender sua importância para a educação em vários momentos históricos, suas contradições e funções na escola e na sociedade.

Utilizamos o conceito de Indústria Cultural para compreender a questão da tendência da uniformização, massificação e da padronização das festas seguidos pelas escolas em vários períodos históricos até recentemente.

Indústria cultural, foi o termo concebido pelos teóricos da escola de Frankfurt, Adorno e Horkheimer que consiste em “moldar” toda a produção artística e cultural, de modo que elas assumam os padrões comerciais e que possam ser facilmente reproduzidas. Dessa forma, as manifestações de arte não são vistas somente como únicas, extremamente belas, mas principalmente como “mercadorias”, que incentivam uma reificação (ou transformação em coisa), e a alienação da arte feita para poucos e carentes de uma visão crítica a respeito (FREITAG, 1987).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

As festas escolares entre 1890 e 1930 como vitrines dos ideais republicanos: Pela República, pela Pátria e pela Felicidade

Os trabalhos analisados evidenciaram as festas escolares no período entre 1890 a 1930 como uma espécie de vitrine dos ideais republicanos. Os trabalhos acadêmicos que abordaram as festas escolares nesse período histórico são: Candido (2007), Gallego e Candido (2006), Chaves (2009), Gérken (2009) e Cardoso (2010).

A partir desses trabalhos podemos compreender que as festas escolares colaboraram para a consolidação do sistema de ensino público paulista. A autora aponta que a escola estava se constituindo como o local privilegiado para a formação dos futuros cidadãos e as festas contribuíram para tal intento já que foram consideradas ocasiões nas quais a sociedade poderia comprovar os benefícios das instituições de ensino como o melhor lugar para a educação dos alunos, considerados o futuro e a garantia do progresso social do país. A festa tinha o poder de disseminar os valores da escola e da política dominante, mas também possuía uma finalidade social que era mostrar para população o bom cumprimento das suas funções educativas.

A escola tinha o objetivo, além do desenvolvido intelectual dos alunos, contribuir para o seu desenvolvimento físico e moral. As festas constituíam-se em oportunidades para a comprovação dos avanços alcançados pela escola no desenvolvimento das crianças, e era durante as festas que os estudantes demonstravam estes avanços apresentando bons desempenhos nas sabatinas, nas apresentações de ginásticas e nos torneios esportivos,

inclusive, os hábitos de higiene eram exigidos dos alunos, os corpos também recebiam destaque, principalmente nas apresentações de ginástica, nos torneios esportivos e nos desfiles pelas cidades.

Além de serem momentos importantes para o aprendizado dos conteúdos, do civismo, da higiene, as festas escolares também visaram estabelecer princípios da educação estética da população. A educação estética refere-se às mais variadas formas de expressão artística, tais como canto, dança, música, literatura, teatro e trabalhos manuais, bem como às formas de educar para produzir uma emoção estética. As festas deveriam dar visibilidade à modernidade, consolidar no espaço urbano novas atitudes e valores, como a elegância, os bons costumes, o patriotismo, a civilidade, entre outros. As cidades precisavam ser percebidas não somente como locais de trabalho e de deslocamento, mas também de culto à pátria, de comunhão cívica, da recepção estética, do cultivo ao belo, da harmonia e da ordem.

O detalhamento do calendário escolar, as publicações de quadros, horários modelo, e especialmente, a determinação dos dias de festa e comemorações nas escolas integram os esforços de se construir um sistema de ensino homogêneo, consoante com os novos ideais de difusão do ensino, além de ser uma das formas encontradas para se obter um controle mais acentuado sobre as atividades da comunidade escolar no momento da organização do sistema escolar estatal. Com a gradativa estruturação do tempo escolar, as atividades dos professores e alunos passaram a ser cada vez mais reguladas e estes foram submetidos a uma nova relação com o tempo, a exemplo do estabelecimento dos dias e horários que as escolas deveriam ou não funcionar já que até a criação das escolas graduadas, as atividades escolares tinham um fluxo constante. Alguns feriados deviam ser festejados pelos professores e crianças compondo as comemorações escolares. Festas estritamente escolares também foram estabelecidas, como as festas das árvores e das aves. Considerando-se o estabelecimento de um sistema de ensino primário público e do regime republicano, as festas, entre outras coisas, acabaram constituindo um modo de construir e difundir referências e símbolos nacionais não só entre os estudantes e professores como também na sociedade de modo geral, integrando, assim, a memória coletiva nacional

Portanto, a escola primária tornou-se uma das principais divulgadoras dos valores republicanos: por isso, os grupos escolares tornaram-se um símbolo. A festa era uma espécie de vitrine daquilo que a escola oferecia, e “Era preciso torná-los evidentes, exibi-los, solenizá-los” (CHAVES, 2009).

Segundo Chaves (2009), portanto, as festas escolares foram um veículo para disseminar uma formação identitária republicana em diversos estados brasileiros, como São Paulo, Minas Gerais e Paraíba.

As festas possuíam, além do mais, uma finalidade mais que educativa. Ela influenciava na vida social e política. Por isso, os alunos compareciam nas festas cívicas rotineiramente, mesmo diante das adversidades temporais e juntamente com autoridades do Estado, hasteavam bandeiras nos edifícios escolares, executavam músicas e formavam corais. Cardoso (2010) aponta em seu trabalho que as escolas públicas da Paraíba passaram a ser utilizadas como veículo de propaganda política para o grande público, também servindo para marcar o poder das oligarquias, cujos nomes seriam sempre lembrados por serem os patronos dos prédios escolares, principalmente os grupos escolares. Os grupos eram alocados em prédios suntuosos e marcaram a nova feição urbana que estava em pleno processo de mudança e serviram, por conseguinte, para embelezar e trazer o ar de modernidade, todo investimento estético conferida as festas e aos prédios serviam como vitrines da Republica.

As festas escolares dos anos de 1930, 1940 e 1950 como espetáculos do poder: celebrações do trabalho e do amor à Pátria, junto às massas

Os anos de 1930 a 1950 foram marcados pelos princípios do trabalho, amor a Pátria e as massas rumo ao progresso do País. Os trabalhos analisados que tratam sobre as festas escolares nesse período foram: Bencosta (2006), que tratou sobre o período entre 1903 a 1971. Porém a ênfase desse trabalho foi dada aos anos de 1930 a 1950, por Vaz (2006) e Frankfurt (2006).

Os trabalhos apontam para os desfiles patrióticos como uma construção social festiva que manifesta, em seu espaço, significações e representações que favorecem a composição de uma cultura cívica autoritária, militar e inerente aos seus atores. O desfile representava a união coletiva em torno de um símbolo que reforçava a memória social delimitada em um tempo e um espaço histórico. No período compreendido do trabalho, era privilegiada a data de nascimento de Getúlio Vargas, e fica evidente a cultura cívica varguista, evidenciando a influência direta do Estado sobre as realizações festivas, com o objetivo de inculcar valores e símbolos políticos nos membros escolares e de toda sociedade. Portanto, as festas cívicas eram formas que as autoridades tinham para transmitir valores que deveriam ser preservados no espírito infantil e reforçados no futuro.

A esse respeito o Estado assumiu um papel singular: sendo, ao mesmo tempo, ator histórico, pois era elemento representado nas comemorações cívicas, e narrador dos processos que tornaram possível celebrar. Embora essa dupla posição de sujeito seja partilhada por todos os agentes sociais, seria inadequado desconsiderar o poder do Estado em momentos como esses, pois era o Estado quem definia quais acontecimentos deveriam ser fixados na memória da nação, dentre outras ações, pela institucionalização de feriados, além de fornecer os padrões valorativos que deveriam informar a apreensão desses eventos. O Estado, ao selecionar fatos e eventos da história oficial para festejar, não só fazia uma escolha do que deveria ser lembrado por meio das comemorações, mas também construía um certo arranjo que provocava reinterpretações desses eventos, concorrendo de modo decisivo na construção de um tipo de memória social.

A cultura cívica foi responsável por estabelecer leis e decretos que fortaleceram os rituais cívicos a serem cumpridos pelo *universus scholaris*, tais como os dias em que deveriam ser celebradas as festas nacionais e a obrigatoriedade do canto do Hino Nacional em todos os estabelecimentos de ensino e associação de fins educativos existentes no país.¹ Logo, as comemorações de cunho obrigatório e/ou voluntário festejadas pelos grupos escolares revelaram-se também como uma das esferas em que se dava o reconhecimento da memória coletiva.

As festas cívicas que ocorriam nas décadas de 1930 e 1940, com a participação intensiva de trabalhadores, sindicatos, escolas, jovens e crianças e a população, em geral, ocorriam em grandes palcos. Estádios de futebol, as praças e as escolas eram alocadas para essas comemorações, e contavam com uma programação rica em discursos, apresentações artísticas e esportivas, declamações, desfiles laudatórios e outros. As festas invadiram o cenário escolar, e se fizeram presentes tanto nos espaços físicos das escolas (pátios, salas de aula), quanto no material didático (cartilhas, manuais, cartazes, etc.), interferindo diretamente no cotidiano escolar.

¹ Decreto nº 19.488, de 15 de dezembro de 1930 (Coleção, 1931/1945) e Lei nº.259, de 1 de outubro de 1936 (Coleção, 1931/1945).

Ao demonstrar que houve uma estreita relação entre as festas cívicas e o mundo escolar, Vaz (2006) destacou duas grandes comemorações do período do Estado Novo, que foram: Semana da Pátria e a Festa do Dia do Trabalho. Essas duas festas davam grande visibilidade ao Estado e o espaço da escola era o lugar mais adequado para serem celebradas. Cada qual reafirmava significados e lemas futuristas de desenvolvimento, trabalho e amor à pátria junto às massas. A festa da Semana da Pátria legitimava as ideias referentes ao trabalho e à fé patriótica na infância, sendo a escola uma instância útil e eficaz para a educação da nação, por meio da participação pública das escolas nessas atividades. Especificamente, por ser um período político de reafirmação e estruturação, os discursos e jogos de representações foram acirrados a partir de um viés autocrático.

Com a instauração do Estado Novo, em 1937, como uma forma de garantir espaço no domínio do poder, via uso do autoritarismo político, imagens e discursos foram canalizados e largamente utilizados para a consolidação e a reafirmação de um imaginário coletivo, que se sustentava em ideias e valores já presentes no universo cultural coletivo: conservadorismo, modernidade tecnológica, patriotismo e trabalho, legitimando a cidadania do trabalho construída desde 1930.

Por isso, as festas cívicas nessa época eram como “espetáculos de poder”, em que além de exaltar o poder do Estado, em momentos de exacerbação autoritária, retratavam os símbolos, costumes e tradições que eram apropriados e reapropriados pela sociedade autocrática. Com cunho religioso e salvacionista, as festas cívicas foram de suma importância para se compreender a ressonância no universo cultural e na adesão das massas, escamoteando possíveis conflitos e dissonâncias em relação ao regime autoritário que se instalava e suas formas de manifestação.

A criança era inserida de todas as maneiras nas festas do dia do trabalho pois havia a preocupação do ideário que se pretendia projetar por meio desta festa, construindo-se um futuro operariado. Vaz (2006) sublinha que é neste sentido que a escola se exteriorizava, fazendo parte do projeto de difusão do ideário trabalhista do Estado Novo, na valorização do trabalhado e de sua comemoração.

As festas escolares entre os anos de 1960, 1970 e 1980: instrumento do Estado para a regulação da ordem política e da submissão às regras

Encontramos apenas o trabalho de Silva (2009) que aborda sobre as festas escolares ocorridas entre os anos de 1960 a 1980 em escola pública. Esse estudo aponta que os festejos escolares serviram, nesse período, como instrumento do Estado para a regulação da ordem política e da submissão às regras. A autora realizou um estudo sobre as práticas pedagógicas e a cultura escolar do colégio salesiano de Santa Tereza, Corumbá – MS, nos anos de 1972 a 1987, período marcado pela criação do estado do Mato Grosso do Sul no governo militar e ditatorial de Geisel.

O Estado do Mato Grosso do Sul foi criado para contemplar os interesses da classe dominante que se instalava no local e para reforçar, em termos imediatos, a conquista de espaços geopolíticos do governo da ditadura militar, isso é, fazer de um estado um modelo no qual seriam executados os novos modos de administração trazidos por um governo que desejava se mostrar liberal e de ordem. Porém esse período estipulado pela autora também compreende um momento de abertura política, um grande salto político do país, que passou de um governo ditatorial para democrático. Esse período da história de Mato Grosso do Sul foi marcado pelo jogo de forças entre a via democrática e a via ditatorial.

Silva (2009) parte do pressuposto de que a intenção do Estado Ditatorial era, por meio de programas, e instituições de ensino, vincular a “memória histórica desejável”, desse modo, segundo a autora, não podemos ter um olhar para a festa enquanto um ato “natural e inocente”, “desinteressado e imparcial”, uma vez que é concebido para ter efeito sobre as pessoas, produzindo processo de seleção, de inclusão e exclusão e de legitimação de certos grupos sociais e ideais.

Portanto, as festas escolares proferidas no período de 1972 a 1987 foram interpretadas como um instrumento do Estado para legitimar a tradição nacional e regional no interior das instituições, além de reforçar valores como a ordem e a submissão as regras sociais.

Segundo Silva (2009), essas festividades eram todas normatizadas durante o regime militar, pois havia a intenção de padronizar as comemorações e festividades no âmbito familiar, salvo as festas regionais que comemoravam acontecimentos locais. Além disso, as aulas de educação moral e civismo, após o golpe militar de 1964, se acentuaram, tornando-se obrigatórias como disciplina e prática educativa, sendo responsável pela transmissão de ideais patrióticos que eram divulgados por meio de conteúdos escolares, pelas palestras proferidas nas escolas e pelas festas escolares com a finalidade de despertar sentimentos de amor e dever à pátria, à família e à sociedade.

Nas considerações finais do seu estudo, Silva (2009) aponta que as festas desse período histórico foram resultado de confrontos e negociações entre as classes sociais, uma vez que as festas valorizadas são aquelas que respondem ao bem-estar da classe dominante. No caso desse período estipulado para a pesquisa, a autora constatou que o Estado definiu os acontecimentos que deveriam ser comemorados, e acabou institucionalizando os feriados, separando aquilo que deve ser relevante do que deveria ser considerado irrelevante. Dessa forma a festa não é inocente em suas intenções e práticas. Isso é reflexo da escola, que por sua vez também não apresenta postura neutra diante do contexto social na qual está inserida. Para a autora, a escola, guardiã dos valores que constituíram a identidade e a memória nacional, tem o poder de perpetuar os símbolos nacionais, ensinando-os e cultivando-os de acordo com as determinações oficiais, com o objetivo de produzir sensibilidades nos alunos, professores e quiçá em toda sociedade.

Silva (2009) conclui que não podemos reduzir as festas escolares a momentos de confraternizações, descontração e alegria, e sim compreende-las, como momentos especiais, de integração, de exaltação de costumes. Ou seja, as festas eram ocasiões propícias para a difusão de conhecimentos, normas e valores legitimados pela escola, pela sociedade e governantes, sendo compostas por normas e práticas com objetivos específicos.

De acordo com Silva (2009), as comemorações cívicas ou religiosas realizadas periodicamente são instrumentos de resistência ao esquecimento do passado (é a utilização do passado no presente, um entrecruzamento de tempos, espaços e vozes), fazem parte do mecanismo educativo que reiteram a memória dos educandos. Mais uma característica nada imparcial das festas, uma vez que ela tem a capacidade de eleger o que deve ser lembrado, alterar os sentidos do tempo emocional e cronológico dos sujeitos, inculcar subjetivações e ideias.

2.4 As festas escolares dos anos de 1990 aos dias atuais: entre interesses políticos e religiosos, a busca por vínculos familiares

Após o trabalho de Bergamasco (2009) que abrangeu seu estudo até os anos de 1987, o trabalho de Nunes (2005), sobre visualidades da escola, retrata as festas escolares no ano de 2003.

Podemos apontar para a escassez das festas se compararmos aos anos anteriores. Nunes (2005) em seu trabalho encontrou apenas quatro datas comemoradas em uma escola pública de Goiânia-GO, que eram: Festa das Mães, Festa dos Pais, Páscoa e Festa Junina.

Segundo Nunes (2005), a festa das Mães, dos Pais e a festa da Páscoa eram destinadas para a participação de alunos, professores, funcionários e convidados da escola, e a festa Junina contava, além dessas participações, com a presença da comunidade escolar (família e amigos dos alunos).

Diante dos dois trabalhos que tratam sobre as festas nos anos mais recentes, podemos apontar que as festas que ainda permanecem nas escolas são, basicamente, as religiosas, como a festa Junina e a festa da Páscoa. Embora haja os registros do dia das Mães e dos Pais no estudo de Nunes (2005).

Bergamasco (2009) e Nunes (2005), evidenciaram a escassez de trabalhos que tenham as festas escolares como objeto da pesquisa, o que confirma o nosso apontamento no primeiro capítulo. Segundo Nunes (2005) o desinteresse pelas festas escolares seria devido ao fato da sociedade ver as festas como um passa tempo, algo que represente a ociosidade e a descontração, e isto não seria digno de estudo, embora seja de nosso entendimento que as festas são momentos que representam muito mais que descontração. Elas são um instrumento potencial para analisarmos muitos fatores que influenciam a educação e a sociedade.

Já Bergamasco (2009), ao fazer menção sobre as festas enquanto um elemento socializador, apontou para a transformação das festas na sociedade pós-industrial. Ela afirma que embora haja certa consciência de crise em relação às festas tradicionais, acredita que as festas permanecem e se renovam, reforçando ou recriando as festas sociais, nacionais e locais.

De acordo com as entrevistas que a autora realizou com professoras, durante sua pesquisa, podemos perceber que há diversas opiniões quanto a realização das festas nas escolas, bem como deve ser o comportamento dos alunos nas festas. Há professores que consideram as festas como tempo perdido, outros acham importante a socialização, outros consideram que os alunos devem aprender a se comportarem no momento das festas, e ainda outros acham que festa deve ser de total descontração. Destacamos aqui a fala de uma professora, contida no estudo de Bergamasco: “Com a modernidade, a festa foi associada aos interesses financeiros.” (BERGAMASCO, 2009, P.119). Sobretudo, os professores sinalizam para uma importante questão: que a festa possui, como uma essência indenitária: “[...] a festa tem o interesse em criar um grupo, criar um vínculo, cativar o aluno... fazer o seu nome.” (BERGAMASCO, 2009, p.121).

Portanto, ao findar a exposição das análises dos trabalhos acadêmicos para a nossa pesquisa, podemos apontar para mudanças bruscas ocorridas no rigor das festas escolares dos anos de 1890 a 2009. Ao longo dos anos as festas foram se descaracterizando da sua forma inicial assim como a importância conferida a elas.

Os aspectos culturais podem assumir novos propósitos com o passar do tempo, e isso ocorre paulatinamente. É o que podemos observar nas festas enquanto um dos aspectos da cultura escolar. Elas ainda permanecem no calendário por ser um aspecto intrínseco das práticas da escola, porém, toma novos caminhos e novos sentidos, de acordo com as influências que a escola recebe da economia e da política em cada época.

Pudemos perceber através da retomada das intenções das festas escolares nos diversos períodos históricos, que as festas serviram como instrumento político e ideológico do poder para propagar ideais sócio econômicos vigentes de cada período, além da intensão de

uniformização, padronização, massificação, propagação da disciplina, da ordem, da submissão, da produtividade, e construção de um ideário de nação que fora construído e outorgado.

Adorno e Horkheimer (1985), ao analisar esse tipo de educação colocam em xeque a segurança conferida à ciência. Com isso, entende-se que o esclarecimento compreendido como um pensamento que se dirige ao progresso e que visa libertar os homens do temor da natureza, se contradiz por inúmeros infortúnios. A desconfiança no progresso engendrado pela ciência leva à constatação dessa contradição, como seu resultado, tendo em conta que o “[...] programa do esclarecimento era o desencantamento do mundo. ” (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p.17), libertando, assim, o homem das amarras do mito e do suprassensível, substituindo o saber contemplativo por um de caráter científico, que use o procedimento matemático, como, também, fórmulas e leis para explicar o fenômeno investigado. Nesse contexto, com o advento da ciência moderna, o entrelaçamento entre ciência e técnica foi aperfeiçoando as técnicas de produção, mudando assim radicalmente a relação do homem com a natureza, que deixa de ser contemplada, passando a ser submetida a experimentações, em outras palavras, como a marcha progressiva do espírito humano que passou a confiar de maneira indubitável na atividade científica, no seu conteúdo, método e rigor, em vez de trazerem benefícios à vida dos homens, tornaram o pensamento cegamente pragmatizado.

Nesse sentido, a formação do sujeito pela dominação da natureza e pela repressão remete aos “paradigmas da violência necessária”, tanto para o “estabelecimento da razão instrumental como para o da identidade subjetiva. ” (GAGNEBIN, 2006, p.13).

O pensamento pragmatizado, cuja a técnica é essência desse saber, possibilita alcançar um conhecimento específico, preciso e objetivo, que permite a descoberta de relações universais, por meio de um método confiável que estabeleça domínio e controle sobre a natureza; em outras palavras, o que os homens querem com esse saber é “aprender da natureza como empregá-la para dominar completamente a ela e aos homens. ” (ADORNO; HORKHEIMER 1985, p.18).

Podemos apontar em nosso estudo que as festas tiveram mais força dos primeiros anos da República até meados dos anos de 1970. As festas que supostamente são momentos para descontração e espontaneidade, parecem terem sido distorcidas, tornando-se momentos de ordem, rigidez, exatidão dos movimentos dos corpos, de transmissão de valores e conhecimentos racionais e de progresso, e instrumento programado e disciplinador.

É evidente, que havia um discurso educativo, e esse discurso era mais ainda acentuado para que fosse visto como um esplendor. A ideia transmitida era de que todo aluno, que se portasse de acordo com as regras, que aprendesse os conhecimentos ensinados (a técnica), seria um valoroso cidadão, trabalhador, e consumidor na sociedade. Uma vez preparado para o mercado de trabalho, esse cidadão, que aprendeu a ser submisso e ter sua felicidade por meio da ordem social, seguiria fielmente os valores propagados pelos festejos escolares.

Assim como quase tudo na modernidade torna-se mercadoria, até mesmo aspectos culturais são vendidos por meio das diversas mídias, podemos notar que as festas escolares, nos seus anos de glória, eram como um produto, e segundo nossa compreensão um produto da indústria cultural, assim como quase todos aspectos subjetivos que evoca valores, a festa tornou-se uma mercadoria no mundo moderno.

Se nos reportamos às festas escolares dos primeiros anos da Primeira República como um produto da indústria cultural, como um instrumento usado para disseminar

ideologias, valores às massas, com rigor e com abrangência, nos dias atuais, não podemos dizer o mesmo.

As festas das escolas públicas atuais são escassas, direcionadas apenas para a comunidade escolar, salvo uma ou outra, que estendem à rua da frente da escola. Sem eventos em praças públicas, sem a presença de governadores, às vezes, a presença de um vereador da cidade. Os enfeites são reutilizados anos após anos, pois não há recursos financeiros para investirem em material decorativo. Algumas comemorações, como dia das Mães e dos Pais, são realizadas sem a presença dos alunos para não gerar gastos. Não encontramos nada que relate sobre os ensaios para os desfiles cívicos, mesmo porque, algumas escolas não possuem dinheiro para a aquisição de instrumentos.

De um modo geral, as festas escolares, por mais capengas na literatura, elas ainda assolam o espaço escolar e insiste em vestir novas roupagens para se adequarem as circunstâncias. Parece-nos que as escolas poderiam pensar sobre as festas a partir daquilo que ela deveria representar no contexto escolar, como objeto para que a escola trilhasse suas práticas e concepções rumo ao que é estritamente pedagógico-educativo, pois tudo que é da escola tem que ser para a formação do ser humano em todas as suas dimensões.

A festa apresenta-se enquanto uma estrutura plástica, moldável e flexível, capaz de representar o caráter e a identidade daqueles que as compõe, dos propósitos que são escolhidos para se propagarem através dela, sendo, portanto, um meio de transmissão de valores, cultura, ideais, de acordo com o momento.

Ainda assim, somos surpreendidos ao apontar que as festas escolares, para se perpetuarem na cultura da escola pública, ou terão que se manter como um dos produtos da indústria cultural, ou, permanecerão capengas, prestes a serem extintas das escolas.

Por todo o exposto, compreendemos que as festas escolares nunca foram consideradas como essenciais à educação. No limite, foram consideradas como estratégia política e na contemporaneidade como produto de baixo lucro, portanto, pouco valorizado. Assim, as festas escolares, na contemporaneidade carecem de sentido para a educação e até mesmo de valor para a indústria cultural, só podendo ter um espaço em um não-lugar.

Concluimos, portanto, que as festas escolares na contemporaneidade são reveladoras de que a escola atual é um não-lugar, conceito proposto por Augé (2005), cuja definição se dá para designar um espaço de passagem incapaz de dar forma a qualquer tipo de identidade, isto é, todo e qualquer espaço que sirva apenas como espaço de transição e com o qual não criemos qualquer tipo de relação é um não-lugar. Assim, este define-os como sendo espaços de anonimato no nosso dia-a-dia, na nossa vida e na nossa consciência. Esses espaços são, portanto, descaracterizados e impessoais – não lhes são atribuídos quaisquer tipos de características pessoais exatamente porque não tem para nós qualquer tipo de significado.

CONCLUSÃO

Ao concluirmos este artigo, podemos apontar que as festas escolares foram alterando suas formatações e funções ao longo do período estabelecido no estudo. Tal processo pode ser consequência de aspectos políticos, econômicos e sociais que influenciam a escola e a cultura escolar.

Conforme vimos, a cultura escolar é influenciada pelos acontecimentos ocorridos na sociedade como um todo, portanto, as festas revelam as alterações ocorridas na cultura da escola a partir dos movimentos sociais.

Em nossa pesquisa abordamos sobre a intenção das festas escolares nos períodos históricos e apontamos que no período entre 1890 e 1930 serviram basicamente como vitrines

dos ideais republicanos. As festas enalteciam o amor pela República, pela pátria e pela felicidade. Eram festas que abrangiam toda a sociedade, seguindo os devidos rigores, incentivadas pelos representantes políticos. As crianças enfileiradas, alinhadas, com hinos e poesias decorados compunham o cronograma do momento da festa da ordem.

As festas escolares dos anos de 1930, 1940 e 1950 serviram como espetáculos do poder. Eram celebrações do trabalho e do amor à pátria, junto às massas. Essas festas já possuíam novas propostas. O rigor ainda era mantido, porém com menor investimento financeiro para a realização. Incentivava-se o ideal da criança trabalhadora. O Brasil passava por um período de industrialização, e havia de preparar os cidadãos para serem mão de obra especializada a serviço do país. Por isso, as massas eram enaltecidas como o futuro da nação, e a disciplina era ensinada incisivamente, no intuito de fomentar nas pessoas o sentido de responsabilidade, dever e servidão para com a pátria e para com os seus patrões.

As festas escolares entre os anos de 1960, 1970 e 1980 serviram como instrumento do Estado para a regulação da ordem política e da submissão às regras. Esse período marcou a árdua ditadura e a abertura política no nosso país. Portanto apontamos que nesse período as festas serviram para intimidar os cidadãos perante a doutrina militar. As festas cívicas contavam com desfiles ornados e ordenados com soldados perfilados, com armamentos, tanques de guerra e servia para o Estado impor suas regras e demonstrar maestria e poderio. Portanto, notamos que as festas nesse período incrustavam nos alunos recordações dos desenvolvimentos alcançados pelo país e reafirmavam os rumos da política da época.

Com a abertura política, o Estado passou a não mais impor as datas comemorativas nas escolas, e com isso as escolas alcançaram a autonomia para elencarem suas datas festivas, de acordo com o próprio projeto político pedagógico, e o calendário festivo deixou de ser outorgado pelo Estado. Desse modo, trouxemos a discussão de que as festas escolares dos anos de 1990 aos dias atuais têm se apresentado de duas formas. Primeiro, como festas que ocorrem nas dependências das escolas, sem receber a comunidade em geral, muitas vezes sem desfiles cívicos, sendo pequenos momentos festivos para não deixar passar algumas datas em branco, como por exemplo a Páscoa, o dia das Mães, dos Pais e a Junina. Nestas condições compreendemos que as festas têm servido para a manutenção da tradição das festas nas escolas. Segundo, como festas escolares que podem manter-se no calendário escolar como momento de arrecadação de recursos financeiros para reforçar o caixa escolar. Nessa formatação, nós compreendemos a partir da Teoria Crítica, que as festas se colocam como um produto da Indústria Cultural, cujo objetivo é ser consumido e gerar lucro, ainda que ínfimo.

Embora as festas tenham servido para muitos propósitos políticos, e representado a essa certa medida ordem, elucidamos em nosso estudo que as festas foram representadas e apropriadas pela comunidade escolar. Percebemos ao longo do estudo que em meio as festas cívicas havia sempre um pouco de lúdico em algumas atividades, que cativavam o interesse tanto dos alunos como também dos professores.

Romper com a visão da neutralidade das festas escolares, entender seus objetivos implícitos e apontar suas reais intenções no processo educativo foram estandartes que levantamos nessa pesquisa.

Concluimos que as festas escolares nos dias atuais, engessadas por propostas pedagógicas de um sistema curricular padronizado, ou ainda, como uma ação destinada a arrecadar recursos financeiros, perdem seu sentido, como quase todos os aspectos escolares. Sem sentido não pode ser vista como um lugar que cria história, fomenta identidades e passa valores. Dessa forma, as festas escolares podem nos revelar que a escola na contemporaneidade tem assumido a posição de não lugar.

A escola como não lugar torna-se um espaço de passagem, no qual os sujeitos lá aparecem, consomem, deleitam e saem, sem saber porque lá estiveram.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. **Dialética do Esclarecimento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
- BENCOSTA, M.L. Desfiles patrióticos: Memória e cultura cívica dos grupos escolares de Curitiba (1903-1971). In: VIDAL, D. (Org.). **Grupos Escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)**. Campinas: Mercado de Letras, p. 299-321, 2006.
- BERGAMASCO, C.M. **O fio de Ariadne**: a religiosidade nas festas comemorativas escolares. 2009. 140f. Dissertação (Mestrado) - UNESP, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2009.
- CÂNDIDO, R.M. **Culturas da escola**: as festas nas escolas públicas paulistas (1890-1930). 2007. 154 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007
- CARDOSO, C. A. **Vivas para a Cidade!!!** Liceu Paraibano e a modernização do espaço urbano. A escola e a igreja nas ruas da cidade. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2010.
- CHARTIER, R. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- CHERVEL, A. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. **Teoria & Educação**, Porto Alegre, vol. 2, n.1, p.177-229, 1990.
- CHAVES, E. Festividades escolares no Norte de Minas: propostas educativas para além dos muros dos grupos escolares. In: **V Congresso de Pesquisa e Ensino de história da Educação em Minas Gerais**, n.1, 2009. Anais...Montes Claros: Unimontes, 2009.p.1-10
- FARIA FILHO, L. M. Instrução elementar no século XIX. In: FARIA FILHO, L. M.; LOPES, E.M.T.; VEIGA, C.G. (org.). **500 anos de Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. P. 135-50.
- FRANKFURT, S. H. **As práticas das festas escolares na Escola Normal de Pirassununga (1930-1950)**. 2006. 192 f. Dissertação (Mestrado em Educação: História, Política, Sociedade) - PUC-S.P., São Paulo, 2006.
- FREITAG, B. **Política educacional e indústria cultural**. São Paulo: Cortez, 1987.
- GAGNEBIN, J. M. **Lembrar, escrever, esquecer**. São Paulo: Editora 34, 2006.
- GALLEGO, R. C.; CÂNDIDO, R. M. A integração de feriados, festas e comemoração cívicas no calendário das escolas primárias paulistas - uma discussão sobre os seus sentidos (1890-1930). In: **VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação**. n. 1. 2006, Uberlândia. Anais...Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2006. p. 1-10
- GÉRKEN, M. A. S. **Entre bandeiras, árvores e bonecas [manuscrito]: festas em escolas públicas primárias de Minas Gerais (1906-1930)**. 2009. 164 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.
- JULIA, D. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**. Campinas, n. 1, p. 9-44, 2001.
- NUNES, A.L.S.O. **Festas e Celebrações: um estudo sobre visualidades da escola**. Dissertação de Mestrado. 2005. 87 f. Dissertação (Mestrado em Cultura Visual) – Faculdade de Artes Visuais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia. 2005.
- SILVA, C. M. C. de S. **História das práticas pedagógicas e cultura escolar do Colégio Salesiano de Santa Teresa, Corumbá- MS (1972-1987)**. 2009. 179 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Educação, Universidade de Campinas, Campinas, 2009.
- VAZ, A. C. **A escola em tempos de festa: poder, cultura e práticas educativas no Estado Novo (1937-1945)**. Belo Horizonte: GEPHE - FAE/UFMG, 2006.